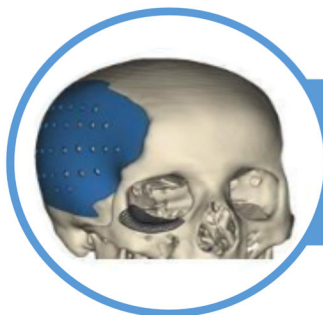




Mortalidade Materna no Brasil (2013-2023): Desigualdades Regionais nas Causas Obstétricas

Thaina Gomes de Freitas 1¹, Agatha Janaina Monteiro Viana 1¹, Amanda Gaia de Miranda 1¹, Beatriz Hamú Faria 1¹, Bianca Luana Aparecida Ferraz Saraiva 1¹, Leticia Martins do Couto 1¹, Layla Gabriele Silva do Amor Divino 1¹, Marcela Helena Rocha Oliveira 1¹, Rafaela Di Paula Sousa de Almeida 1¹, Thays Cristiane da Silva do Nascimento 1¹, Everton Rodrigo da Silva Pinto 1¹, Bruna Rafaela da Silva Sousa 2²



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n1073-1083>

Artigo recebido em 15 de Agosto e publicado em 25 de Setembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Introdução: No território brasileiro, a mortalidade materna ainda se mantém abaixo dos parâmetros estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que apesar dos avanços na saúde nas últimas décadas, ainda há uma persistência de mortes obstétricas de causas diretas e indiretas, principalmente nas regiões mais pobres do país. Neste âmbito, muitos são os fatores relacionados que contribuem para a mortalidade materna, sendo eles orgânicos, psíquicos, sociais e assistenciais, nas quais o pré-natal e a qualidade da assistência são fulcral para a contribuição dessas taxas, principalmente quando se fala das desigualdades regionais no Brasil. Dessa forma, apesar de existir ações para minimizar os índices de óbitos maternos, a sua persistência em grupos específicos ainda revela um cuidado desigual. **Objetivos:** Descrever e analisar os óbitos maternos no Brasil no período de 2013 a 2023 relacionando-os com as variáveis região e causa do óbito. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, quantitativo, descritivo e retrospectivo. Utilizando-se a base de dados secundários obtidos do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Conclusão:** Destarte, as desigualdades regionais e raciais permanecem enraizadas em todo o território brasileiro, evidenciando a necessidade da implementação fidedigna das políticas públicas e ações direcionadas ao cuidado obstétrico de forma individualizada e humanizada.

Palavras-chave: Epidemiologia, Mortalidade materna, Saúde pública

Maternal Mortality in Brazil (2013-2023): Regional Inequalities in Obstetric Causes.

ABSTRACT

Introduction: In Brazil, maternal mortality remains below the parameters established by the Sustainable Development Goals (SDGs). Despite advances in health in recent decades, obstetric deaths from direct and indirect causes persist, especially in the poorest regions of the country. In this context, there are many related factors that contribute to maternal mortality, including organic, psychological, social, and healthcare factors, in which prenatal care and the quality of care are central to these rates, especially when it comes to regional inequalities in Brazil. Thus, despite efforts to minimize maternal mortality rates, their persistence in specific groups still reveals unequal care. **Objectives:** To describe and analyze maternal deaths in Brazil from 2013 to 2023, relating them to the variables of region and cause of death. **Methodology:** This is a quantitative, descriptive, retrospective epidemiological study. Secondary data obtained from the Live Birth Information System (SINASC) and the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS). **Conclusion:** Thus, regional and racial inequalities remain entrenched throughout Brazil, highlighting the need for the reliable implementation of public policies and actions aimed at individualized and humanized obstetric care.

Keywords: Epidemiology, Maternal mortality, Public health

Instituição afiliada – UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Autor correspondente: Thaina Gomes de Freitas thainagfreitas1@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Mortalidade Materna é amplamente conhecida como um dos mais sensíveis e abrangentes indicadores das condições de saúde da mulher, a qualidade e a efetividade dos serviços de atenção à saúde refere se especialmente ao cuidado pré-natal, ao parto e ao puerpério, isto é, este indicador constitui uma ferramenta essencial para análise e o monitoramento das políticas públicas voltadas a saúde materna (Ferreira et al., 2025).

Segundo a Organização Pan-Americana de (OPAS), as principais causas da mortalidade materna estão diretamente relacionadas a complicações que, em sua maioria, podem ser prevenidas ou tratadas oportunamente. Entre essas causas, destacam-se as hemorragias graves (especialmente após o parto), responsáveis por grande parte dos óbitos maternos; infecções puerperais, que podem ocorrer nos dias seguintes ao parto; hipertensão gestacional, com destaque para a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia; complicações decorrentes de abortos inseguros e doenças pré-existentes agravadas pela gestação, como diabetes, cardiopatias e anemias.

Já as causas de mortes evitáveis ou reduzíveis podem ser definidas como aquelas que podem ser prevenidas, total ou parcialmente, por meio de ações eficientes realizadas pelos serviços de saúde, desde que estejam disponíveis no local e no momento adequados. Nesse contexto, os óbitos maternos não deveriam ocorrer, considerando a possibilidade de prevenir ou tratar as condições ou agravos que levam ao desfecho fatal. Assim, o óbito evitável pode ser compreendido como um “evento sentinela” para a vigilância em saúde, sinalizando a necessidade de aprimoramento da qualidade da atenção em todos os níveis de prevenção (Ferreira et al., 2023).

Além disso, diante da Portaria GM/MS nº 6.941, de 26 de maio de 2025, institui o Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil, representando um avanço estratégico nas políticas públicas brasileiras voltadas para a saúde materno-infantil, tem como finalidade articular ações intersetoriais de vigilância, investigação e monitoramento dessas mortalidades, promovendo a integração entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil.

Desta forma, apesar dos avanços nas políticas públicas e do fortalecimento das estratégias de atenção obstétrica no Brasil, a mortalidade materna ainda apresenta

índices elevados e heterogêneos entre as regiões do país. Persistem desigualdades relacionadas à oferta e qualidade dos serviços de saúde, bem como ao acesso ao pré-natal e à assistência ao parto. Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: Quais foram as principais causas obstétricas de mortalidade materna no Brasil entre 2013 e 2023? Como essas causas se distribuíram regionalmente e quais desigualdades permanecem no período analisado?

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, quantitativo, descritivo e retrospectivo. O Brasil tem em torno de 8,5 milhões de km² de área territorial, 5.570 municípios e população estimada de pouco mais de 215 milhões de habitantes. Além disso, é dividido em 27 unidades federativas (UF) e em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (IBGE, 2022). Utilizando-se a base de dados secundários obtidos do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), uma plataforma que disponibiliza informações relacionadas à saúde pública no Brasil.

Para a análise das variáveis foram considerado o número de óbitos maternos por regiões do Brasil fazendo-se uso das regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, utilizando como filtro, Óbitos maternos por regiões e tipo causa obstétrica, fazendo -se uso da faixa etária de mulheres em idade fértil de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, no período de 2013 a 2023. A escolha desses indicadores visa proporcionar maior compreensão sobre as desigualdades regionais e raciais nas causas da mortalidade materna.

Os dados foram organizados e analisados por meio do Google Planilhas®, integrante do pacote Google Workspace®, utilizado para a construção de tabelas, determinação de porcentagem, a fim de compor a análise descritiva do estudo. Para a análise estatística, foi utilizado a realização de estatística descritiva e cálculo de frequências absolutas e relativas, além da elaboração de gráficos para visualização dos dados, foram empregados o nível de significância definido em $\alpha = 0,05$.

Foram utilizados como motores de busca os indexadores Biblioteca Virtual em Saúde, National Library of Medicine e Scientific Electronic Library Online para seleção dos artigos, através dos unitermos “Mortalidade materna, óbitos maternos por região,

tipo de causa de óbito obstétrico''. Foram excluídos artigos com mais de 10 anos de publicação ou que não se encaixavam dentro do escopo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados no total de 19.471 óbitos maternos de mulheres em idade fértil no Brasil no período de 2013 a 2023, sendo elas classificadas morte materna do tipo causa obstétrica direta, indireta e não especificada, na qual possuem distribuição nas regiões; Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Evidenciou-se uma frequência de óbito maternos em todo território brasileiro de 11.777 (60,5%) de mortes maternas de causa direta, 7.101 (36,5%) mortes por causas indiretas e 593 (3,0%) de óbitos maternos não especificados. Nesse âmbito, verificou-se que na região Norte houve um total de 2.767 mortes maternas sendo elas 1.805 (65,23%) de causa direta, 877 (31,69%) de origem indireta e 85 (3,07%) foram registradas como não especificada, já na região nordeste registrou-se um total de 6.213 mortes, nas quais 4.017 (64,65%) direta, 2.039 (32,82%) indiretas e 157 (2,53%) não especificada, na região sudeste em 10 anos foram notificados 6.936 óbitos, em que 3.944 (56,86%) mortes obstétricas diretas, 2.749 (39,63%) mortes obstétricas indiretas e 243 (3,50%) não especificados, enquanto na região Sul, foram contabilizadas um total de 1.856 mortes maternas, nas quais 1.025 (55,23%) do tipo direto, 752 (40,52%) indireto e 79 (4,26%) de causa não especificada e na região centro-oeste, foram totalizados 1.699 mortes maternas, 986 (58,03%) do tipo obstétrico direto, 684 (40,26%) indireto e 29 (1,71%) foram classificadas como não especificadas.

Tabela 1. Porcentagem de óbitos por causa direta e indireta, relacionando as regiões.

Região	% Direta	% Indireta	% Não especificada
Região Norte	65,20%	31,70%	3,10%
Região Nordeste	64,70%	32,80%	2,50%
Região Sudeste	56,90%	39,60%	3,50%
Região Sul	55,20%	40,50%	4,30%
Região Centro-Oeste	58,00%	40,30%	1,70%

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), 2013-2023

Percebe-se que as causas de mortes maternas do tipo direto foi responsável pela maioria dos óbitos no território brasileiro durante 2013 a 2023, registrando 60,5% das

mortes, possivelmente sendo relacionadas com problemas na gestação, parto ou puerpério, sendo seguido das mortes maternas do tipo indireto, marcando 36,5%, podendo estar associado a doenças preexistente. Em consonância as regiões do território brasileiro evidenciaram um marco onde a região Norte apresentou 65,20% das mortes maternas e a região Nordeste com 64,60%. Já os óbitos maternos de origem indireta, a região sul liderou com 40,5% e o Centro-Oeste com 40,30%.

Entre 2013 e 2023 verificou-se que os óbitos maternos por causas diretas é a principal categoria em todas as regiões do Brasil, com valores superiores às causas indiretas, o que referem-se a mortes de mulheres em idade fértil durante a gestação, parto ou o período do puerpério, devido a causas diretas que podem envolver complicações como hipertensão gestacional, hemorragias pós parto, infecções, embolias obstétricas e entre outras complicações que podem estar relacionadas a um problema de assistência em algum momento da trajetória da gestante, seja por carência de recursos voltados ao acesso à saúde ou por um pré natal de baixa qualidade, ao contrário dos falecimentos por origens indiretas, que estão relacionadas por doenças pré-existentes. Em consonância, é válido analisar que ao analisar os dados percebe-se que existe uma alta desigualdade entre regiões do Brasil, algumas possuem até 10 vezes mais óbitos que outras regiões, como por exemplo a região Sudeste apresentou em 10 anos de análise de óbito maternos de mulheres por causas diretas, o maior valor registrado, com 3.541 mortes, sendo seguido pela região Nordeste com 3.471 óbitos, valores considerados altos levando em consideração os casos de subnotificação, principalmente no período da pandemia do COVID-19, já as causas indiretas os valores apontam novamente para a região sudeste com o maior índice, marcando 2.537 óbitos, seguido pela região nordeste com 1.819 mortes.

Os casos não especificados marcaram um pequeno quantitativo, porém ainda perceptíveis, o que evidencia uma falha no sistema de notificações, o que pode prejudicar a coleta de dados e os desfechos dos casos para que o sistema de saúde possa implementar medidas e ações visando a minimização de óbitos maternos de gestantes em idade fértil, o que evidencia um problema de saúde tangível que envolve a assistência de saúde e a desigualdade social.

Dessarte, a mortalidade materna no Brasil está relacionada diretamente com a

evidente desigualdade regional no território brasileiro sendo este um excelente indicador para analisar a realidade social do país . Nesse âmbito, a região Sudeste e a região Nordeste evidenciaram um aglomerado de óbitos maternos de origem direta e indireta, apesar de o Brasil fazer parte da iniciativa global dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na qual um dos seus objetivos é eliminar a taxa da mortalidade materna evitável entre os anos de 2016 a 2030, todavia, os resultados apresentados apontam que não houve essa redução da mortalidade materna, sendo este ainda um grande desafio a ser combatido no território brasileiro. Em consonância, levando em consideração as causas de óbitos e os seus quantitativos, percebe-se que uma grande parcela de mortes maternas poderiam ser evitadas com a detecção precoce da doença, logo, é essencial o preparo e a qualificação da equipe multiprofissional, além da importante adequação das estruturas das unidades de saúde, pois a ausência de recursos e estruturas também é um dos principais fatores que afetam um pré-natal de qualidade e que pode impactar na detecção precoce de doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de dados diante dos óbitos maternos no Brasil, ocorridos entre os anos de 2013 á 2023, totalizando uma década, confirmou-se a predominância das causas obstétricas diretas em todas as regiões nacionais e populacionalmente conhecidas do Brasil, de norte a sul, refletindo assim a vulnerabilidade destas mulheres no período gestacional, parto e puerpério. Com este achado revela-se falhas significativas para e na assistência à saúde materna, uma vez que as causas em sua maioria poderiam ser prevenidas em um pré-natal de ótima qualidade, tentando também ações oportunas de acompanhamento do trabalho de parto e monitoramento adequado do pós-parto, com disponibilidade de recursos humanos.

Desta forma, apesar das causas indiretas apresentarem com menor frequência, a sua relevância é importantíssima pois estão diretamente relacionadas à gravidade das condições clínicas pré-existentes, que encontram-se no ciclo gravídico-puerperal nesse contexto vulnerável, isto é tais óbitos não refere-se somente apenas a fragilidade da assistência obstétrica, mas a ausência de uma integração efetiva também, entre os diferentes níveis de atenção à saúde, que compromete a detecção precoce de gestantes em situação de risco e dificulta a garantia de um acompanhamento contínuo e

adequado.

Além disso, outro ponto de destaque encontrasse a desigualdade regional, mostrou-se presente na distribuição das mortes, com presença maior no Nordeste e Sudeste do país, dados estes que reforçam os determinantes sociais da saúde, bem como a disparidade do acesso os serviços oferecidos, já que em outras regiões apresentam maior infraestrutura hospitalar e tecnológica, outras ainda enfrentam sérias limitações de recursos, sendo assim, comprometendo a resolutividade do cuidado e contribuindo para a persistência da mortalidade materna como um grave problema de saúde pública, e materno.

Diante dos resultados, torna-se uma urgência de políticas públicas em todo o país, com efetividade sempre voltadas para aplicação de acesso universal e equitativo, ao fornecer o serviço de saúde obstétricos, na atenção do pré-natal, parto e pós-parto, além de investimentos em educação em saúde, e permanente das equipes de saúde, torna-se assim fundamental a melhoria dos sistemas de vigilância em saúde, garantindo maior fidedignidade dos registros e monitoramento contínuo dos indicadores de mortalidade materna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS nº 6.941, de 26 de maio de 2025. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 maio de 2025.

FERREIRA, Carine Vitória Lemes; CONCEIÇÃO, Mirian Santos Silva; IRIA, Luana Lopes; SILVA, Guilherme Sell de Mendonça e; SOUSA, Raimunda Ferreira de; OLIVEIRA, Darlene Andrade; GUEDES, Erik Vinicius Barros dos; SANTOS, Cristiane Bahia dos; NASCIMENTO, Gleison Lucas Santos do; SANTOS, Adelcio Machado dos; CARVALHO, Eduardo de Mendonça; PEREIRA, Fabiano Rocha. Razão de mortalidade materna no Brasil entre 2019 e 2021: uma análise antes e após a pandemia. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, Umuarama, v. 27, n. 6, p. 2960-2975, 2023.

FERREIRA, Maria Clara Serapião; COSTA, Analucia Da'Campo; ANDRADE, Ludmila Mourão Xavier Gomes; BARBOSA, Thiago Luis de Andrade. Mortalidade materna: a persistência de um desafio para o Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 4, p. 1161-1172, 2025.

FERREIRA, Ranna Carinny Gonçalves; GUEDES, Sarah Cavalcanti; MOREIRA, Rafael da Silveira. Maternal mortality in Brazil: spatio-temporal analysis between 2000 and 2019. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 24, p. e20230231, 2024.

FELIPE, Lucas Lopes; ALBUQUERQUE, Patricia Carvalho; LOPES, José Fernando; ZICKER, Fredi; FONSECA, Bernardo Pereira. Desigualdades regionais no acesso ao parto hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: redes de deslocamento, distância e tempo (2010-2019). *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, p. e00064423, 2024. doi: 10.1590/0102-311XPT064423.

LIMA, Simone dos Santos de. *Mortalidade materna em Guarulhos, SP: óbitos por causas diretas e recomendações de guias de prática clínica*. 2024.



MENDONÇA, I. M. et al. Tendência da mortalidade materna no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, entre 2006 e 2018, segundo a classificação CID-MM. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 3, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde materna**. Washington, DC: OPAS, 2025. Acesso em: 18 jul. 2025.

OLIVEIRA, Isabela Vitória Gomes de et al. Mortalidade materna no Brasil: análise de tendências temporais e agrupamentos espaciais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 10, p. e05012023, 2024.